

# CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026

CONTRATANTE (UASG) 102174 – IAU/USP

## OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS  
BASICO E EXECUTIVO PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS  
DOCENTES

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 143.038,92

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2026

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

## MODO DE DISPUTA:

Fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Link: <https://www.iau.usp.br/licitacoes>

<https://www.gov.br/compras>



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

### Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
6. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
7. DOS RECURSOS .....	16
8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



## **INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

### **Processo SEI nº 154.00011798/2025-46**

Torna-se público que a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por meio do **INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é **a elaboração dos Projetos Básico e Executivo para reforma da ala das salas docentes (incluindo suas coberturas, sanitários e caixa d'água)** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, formados por todos os itens do objeto, conforme tabela constante no Termo de Referência e os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. Será permitida a participação de:
  - 2.7.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.7.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
  - 2.7.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.7.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o subitem **2.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.6.2** e **2.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.12. A vedação de que trata o item **2.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta técnica e a proposta, observado o disposto nos itens **6.1.1** e **6.14.1** deste Edital.
  - 3.3.1. Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 5 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta técnica e da proposta de preços, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
  - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
  - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
  - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 5.22.
- 3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:
- 4.1.1. **ANEXO E do Termo de Referência – Quesitos e critérios de pontuação para avaliação das propostas técnicas – preenchido.**
- 4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.2.1. **Conforme Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.**
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 4.8.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  - 4.8.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  - 4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.





## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FASE DE JULGAMENTO**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3 deste Edital.
  - 5.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 5.5.1. SICAF; e
  - 5.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
  - 5.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
  - 5.5.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))
  - 5.5.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>)
  - 5.5.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
  - 5.5.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
  - 5.6.1. A consulta no CNCIAI quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.





## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 5.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 5.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 5.25 deste edital.
- 5.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 5.11. Serão desclassificadas as propostas que:
  - 5.11.1. contiverem vícios insanáveis;
  - 5.11.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 5.11.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.11.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 5.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo E – Quesitos e Critérios de Pontuação para avaliação das Propostas Técnicas do Termo de Referência. (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o parâmetro matemático:
  - 5.15.1. Cada licitante receberá uma nota por sua PROPOSTA TÉCNICA (NT), apurada conforme Anexo E - Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas do Termo de Referência.
- 5.16. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 5.17. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 5.17.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.17.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 5.17.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 5.17.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.18. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.19.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 5.19.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 5.19.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.
- 5.19.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 5.19.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 5.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 5.20.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 5.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.22. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o Anexo E – Quesitos e Critérios de Pontuação para avaliação das Propostas Técnicas do Termo de Referência.
- 5.23. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com o Anexo E – Quesitos e Critérios de Pontuação para avaliação das Propostas Técnicas do Termo de Referência.
- 5.24. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2 e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 5.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.25.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.25.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.25.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.25.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

- 5.26. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
    - 5.26.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 5.26.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 5.26.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  - 5.26.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - 5.26.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
    - 5.26.2.2. empresas brasileiras;
    - 5.26.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    - 5.26.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
  - 5.27. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
  - 5.28. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.
  - 5.29. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 5.30. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.
  - 5.31. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 5.32. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



- 5.33. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.34. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 5.35. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 5.36. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 6.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 6.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital, no termo de Referência e no Projeto executivo, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 6.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 6.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 6.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 6.10.1. *Conforme especificado no Termo de Referência, item “Vistoria”, subitens 4.5 a 4.9.*
- 6.11. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 6.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 6.12.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.12.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.12.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).





## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 6.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 6.14. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.
- 6.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 6.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 6.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **6.14.1**.
- 6.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.





## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 6.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 6.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 7. DOS RECURSOS

- 7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 7.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 7.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
- 7.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 7.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **Portal SEI ou mediante solicitação formal via e-mail: [iau.compras@sc.usp.br](mailto:iau.compras@sc.usp.br)**.



## **8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 8.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:
- 8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame.
  - 8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
    - 8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
    - 8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 8.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
    - 8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - 8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
  - 8.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - 8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
    - 8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
    - 8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
    - 8.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - 8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 8.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 8.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
- 8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
- 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.
- 8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).
- 8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **8.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).
- 8.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

- 8.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### 9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios: e-mail iau.compras@sc.usp.br.*
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.iau.usp.br/licitacoes/>.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 11.12.2. ANEXO II – Modelos de Proposta de Preços
- 11.12.3. ANEXO III – Proposta Técnica
- 11.12.4. ANEXO IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
- 11.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação
- 11.12.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

São Carlos, na data da assinatura eletrônica.

---

**Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes**  
**Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo**

## ANEXOS



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – OBRAS E SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA NÃO COMUNS – LICITAÇÃO NA MODALIDADE  
CONCORRÊNCIA**

**INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Processo SEI nº 154.00011798/2025-46

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de **Projeto para reforma da ALA DAS SALAS DOCENTES (INCLUINDO SUAS COBERTURAS, SANITÁRIO E CAIXA D'ÁGUA)** do INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - IAU, Campus USP de São Carlos (610,34m²), incluindo todas as fases de planejamento, desenvolvimento, detalhamento e especificações técnicas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração dos projetos básico e executivo de reforma para a ala de salas docentes do IAU/USP	20060	Unidade	1	R\$ 143.038,92	R\$ 143.038,92

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **140 (cento e quarenta) dias** contados do **termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela





documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

- 1.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
  - 1.4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em Projetos de Arquitetura.
  - 1.4.2. A subcontratação fica limitada aos projetos complementares de engenharia, serviços de sondagem e topografia, orçamento e demais anexos.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:
  - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000038/2025
  - II. Data de publicação no PNCP: 21/06/2024
  - III. Id do item no PCA: 209
  - IV. Classe/Grupo: 545
  - V. Identificador da Futura Contratação: 102174-50/2025

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos seguintes documentos:
  - ANEXO A – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
  - ANEXO B – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
  - ANEXO C – ELEMENTOS DA LICITAÇÃO
  - ANEXO D – DESCRIÇÃO DO OBJETO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALOR
  - ANEXO E – QUESITOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



## Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guiade-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>):
- 4.1.1. O projeto deve incorporar os 3 pilares da sustentabilidade (Econômico, Social e Ambiental) para posterior aplicação na obra de reforma;
- 4.1.2. No projeto deve ser previsto a destinação dos resíduos e rejeitos e devem considerar medidas para minimizar sua geração e prever sua destinação adequada, ponderando sobre a não geração, redução, reutilização, tratamento e disposição dos resíduos.
- 4.1.3. A condição existente no local deve ser considerada no projeto, prevendo o mínimo movimento de terra, utilização das árvores e vegetais existentes no local e melhorar a permeabilidade do solo.

## Garantia da contratação

- 4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação).
- 4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o licitante deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:
- I. **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do **CONTRATANTE** no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
  - II. **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
  - III. **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
  - IV. **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o licitante vencedor poderá apresentar



declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

- V. **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

- 4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **10:00** horas às **16:00** horas.

4.5.1. Para o agendamento de vistorias, contatar uma dessas pessoas:

- Djavan Oliveira da Silva, djavan.silva@usp.br, no telefone: (16) 3364-9170,
- Camila Carlo Silvestre, camilacarlo@usp.br, no telefone: (16) 3373-9291,
- Fátima Mininel, fmininel@sc.usp.br, no telefone: (16) 3364-9164.

- 4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**



5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Os serviços a serem executados são:

- i. Levantamento cadastral das pré-existências (incluindo estruturas e instalações) – verificação e complementação dos documentos gráficos fornecidos;
  - ii. Anteprojeto:
    - Arquitetura e paisagismo;
    - Estrutura e fundações;
    - Instalações elétricas e lógicas;
    - Climatização;
    - Instalações hidráulicas / drenagem;
  - iii. Projeto básico:
    - Arquitetura e paisagismo;
    - Estrutura e fundações;
    - Instalações elétricas e lógicas;
    - Climatização;
    - Instalações hidráulicas / drenagem;
  - iv. Projeto executivo:
    - Arquitetura e paisagismo;
    - Estrutura e fundações;
    - Instalações elétricas e lógicas;
    - Climatização;
    - Instalações hidráulicas e drenagem;
  - v. Planilha orçamentária de quantidades / preços unitários;
  - vi. Cronograma de obra.
- 5.1.2.1. Memoriais Descritivos das disciplinas com especificações de materiais, equipamentos e serviços, metodologias de execução e de medição de serviços, memorial de cálculo e descritivo
- 5.1.2.2. Cronograma de realização dos serviços: Conforme anexo B – cronograma físico-financeiro;
- 5.1.2.3. ART/RRT - Deve ser entregue cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do(s) profissional(ais) autor(es) dos projetos.

### **Local e horário da prestação dos serviços**



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Telefone: (16)3373 -8771, Avenida Trabalhador São-carlense, nº 400 – Parque Arnold Schmidt – CEP: 13566-590 – São Carlos/SP.**
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **08:00h às 17:00h.**

### Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas:
- 5.5. O desenvolvimento do projeto seguirá os seguintes requisitos:
- 5.5.1. Reunião inicial – Presencial no Campus USP São Carlos;
  - 5.5.2. Dúvidas e esclarecimentos via e-mail;
  - 5.5.3. Entregas parciais presenciais;
  - 5.5.4. Reuniões parciais presenciais;
  - 5.5.5. As documentações com assinatura devem ter autenticação digital;
  - 5.5.6. Os projetos são entregues em arquivo digital e arquivo editável.

### Materiais a serem disponibilizados

- 5.6. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.6.1. Translado para vistorias;
  - 5.6.2. EPIs para as vistorias;
  - 5.6.3. Computadores;
  - 5.6.4. Software de projetos, modelagem BIM e orçamento de obras.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.7.1. **A solução envolve a REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES DO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO, CAMPUS USP SÃO CARLOS, que atenderá integralmente às necessidades da comunidade acadêmica, com foco na eficiência, acessibilidade e qualidade dos serviços oferecidos. A área prevista ao projeto é de aproximadamente 610,34m<sup>2</sup>, garantindo um ambiente funcional e adequado para a convivência e atendimento de toda a comunidade.**

O LICITANTE será avaliado quanto à competência técnica, conforme critérios definidos no ANEXO E - QUESITOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.

### Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)



- 5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

#### Fiscalização



- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do projeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para





reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.18.1. Participará de reuniões de esclarecimento com o preposto do CONTRATADO;
  - 6.18.2. Receberá as dúvidas e responderá em curto prazo, não alterando o prazo de elaboração dos projetos.
  - 6.18.3. Receberá os elementos do Projeto Completo e emitirá relatório de aprovação dentro do prazo estabelecido em cronograma.

### **Gestor do Contrato**

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da execução do objeto/serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
  - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.2.1. **A medição dos serviços será feita por etapas, entregues, conforme cronograma físico financeiro - Anexo B;**

### Do recebimento

- 7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o **CONTRATADO** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.3.2. O **CONTRATADO** também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **90 (noventa)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.9.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **90 (noventa)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.17. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta



on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

### Prazo de pagamento

- 7.19. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados do dia seguinte ao recebimento provisório do serviço, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR. nº 8249/2023.
- 7.19.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
  - b) A entrega da documentação fiscal completa.
  - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.
- 7.20. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.20.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.20.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.21. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.22. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.23. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.



- 7.24. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

### Forma de pagamento

- 7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.27. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.28. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento por **TÉCNICA E PREÇO**.

### Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será ***empreitada por preço global***.

### Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- 8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os





quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

### Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.





- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.23.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

### Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. *Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional CAU (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.*
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.30.1.1. Projeto de Arquitetura, com área igual ou superior a 305,17 m<sup>2</sup> (equivalente a 50% do objeto);

8.30.1.2. Projeto de Estruturas em concreto e metálicas para edificação com área igual ou superior a 305,17m<sup>2</sup> (equivalente a 50% do objeto);

8.30.1.3. Projeto de Instalações hidráulicas para edificação com área igual ou superior a 305,17m<sup>2</sup> (equivalente a 50% do objeto);

8.30.1.4. Projeto de Instalações elétricas para edificação com área igual ou superior a 305,17m<sup>2</sup> (equivalente a 50% do objeto);

8.30.1.5. Sistema de Comunicação e Monitoramento para edificação com área igual ou superior a 305,17m<sup>2</sup> (equivalente a 50% do objeto)

8.30.1.6. Projeto de Climatização (ar condicionado, ventilação forçada e exaustão) para edificação com área igual ou superior a 305,17m<sup>2</sup> (equivalente a 50% do objeto);

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de documento(s) que demonstre(m) dispor a licitante de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica de execução de obra(s) de características e complexidade semelhantes às do objeto da licitação, certificado pela entidade profissional competente, para fins de contratação, nos termos d art. 67, I, da Lei nº 14.133, de 2021.



8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) demonstrar capacitação técnico-profissional para:

8.31.1.1. **Coordenação de projeto executivo completo.**

8.31.2. A comprovação do vínculo profissional poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou ainda, no caso de profissional autônomo, mediante contrato particular entre a licitante e o profissional, pelo qual este se obrigue a realizar os serviços correspondentes e a funcionar como responsável técnico caso a licitante se sagre vencedora do certame.

8.32. Relação indicando a qualificação dos membros da equipe técnica que realizará os trabalhos, conforme artigo 67, III, da Lei nº 14.133, de 2021, e declaração formal da sua disponibilidade incluindo no mínimo:

8.32.1.1. **Arquiteto.**

8.33. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos itens 8.31 e 8.32 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior só será admitida desde que aprovada pela Administração, nos termos do artigo 67, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

### Outras comprovações

8.34. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.35. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.35.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição.
- b) Finalidade do consórcio.
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.



- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.
  - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
  - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.
- 8.35.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.35.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 8.35.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
  - 8.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
  - 8.36.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
  - 8.36.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
  - 8.36.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.



- 8.36.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
- 8.36.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.37. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.37.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.37.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 143.038,92 (cento e quarenta e três mil, trinta e oito reais e noventa e dois centavos) conforme custos unitários apostos em anexo (Anexo D).*

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: 102174.
  - II. Fonte de Recursos: Tesouro.
  - III. Programa de Trabalho: 12 122 4807 6351.
  - IV. Elemento de Despesa: 339039.
  - V. Plano Interno: 150.014-Acréscimos Orçamentários.



**11. RELAÇÃO DE ANEXOS**

ANEXO A - ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO B - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ANEXO C - ELEMENTOS DA LICITAÇÃO

ANEXO D - DESCRIÇÃO DO OBJETO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALOR

ANEXO E - QUESITOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

São Carlos, na data da assinatura eletrônica.

---

Djavan Oliveira da Silva  
IAU – Nº 7580838

---

Thiago Catoia  
Engenheiro Civil  
PUSP-SC - Nº 3342720  
CREA-SP 5062066082





## **ANEXO A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**O Estudo Técnico Preliminar pode ser acessado no link:**

**[https://drive.google.com/drive/folders/1\\_UBJi4evTmXSRWh2MdhwI28-Hcc\\_svap?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1_UBJi4evTmXSRWh2MdhwI28-Hcc_svap?usp=sharing)**



## ANEXO B – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Cronograma Físico - Financeiro																									
Etapa	Área técnica	%	Semanas																						
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Anteprojeto		15%																							
	Arquitetura	5%																							
	Estruturas	3%																							
	Hidráulica	2%																							
	Elétrica/lógica, dados	2%																							
	Climatização	2%																							
Projeto básico	Estimativa de Preço	1%																							
	Verificação IAU																								
		25%																							
	Arquitetura	8%																							
	Estruturas	7%																							
	Hidráulica	3%																							
Projeto Executivo	Elétrica/lógica, dados	3%																							
	Climatização	2%																							
	Orçamento	2%																							
	Verificação IAU																								
		35%																							
	Arquitetura	11%																							
Ajustes finais e entrega do Projeto	Estruturas	8%																							
	Hidráulica	4%																							
	Elétrica/lógica, dados	4%																							
	Climatização	3%																							
	Orçamento	5%																							
	Verificação IAU																								
Valor Total		R\$	143.038,92	R\$	21.455,84	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62
Medições		R\$	143.038,92	R\$	21.455,84	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62
1ª Medição		R\$	21.455,84	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73
2ª Medição		R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62
3ª Medição		R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73
4ª Medição		R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62	R\$	35.759,73	R\$	50.063,62



## **ANEXO C**

### **ELEMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **PROJETO PARA *PROJETOS PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES DO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO, CAMPUS USP SÃO CARLOS***

#### **CAMPUS SÃO CARLOS**

***Abril de 2026***



I. **MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMANDAS para desenvolvimento dos PROJETOS PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES DO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO, CAMPUS USP SÃO CARLOS**

1. **OBJETIVOS**

*O objetivo deste memorial é definir, esclarecer e estabelecer o escopo, diretrizes e especificações para a elaboração de um **projeto completo de reforma** de parte de edificação para modernizar, adequar e reparar suas instalações, estabelecendo condições de uso e ocupação compatíveis à realidade atual do IAU-USP, tanto no que se refere às salas de seus docentes, ampliando sua capacidade de lotação e condições de conforto, como promovendo melhorias nas condições de uso de suas instalações sanitárias e demais equipamentos de apoio.*

*Este projeto deverá abranger todas as etapas e áreas técnicas e equipamentos necessários, conforme as diretrizes estabelecidas pela USP:*

1.1. **Levantamento cadastral:**

*Levantamento cadastral das pré-existências, com registros precisos dos ambientes, suas dimensões e interferências com os diversos sistemas;*

1.2. **Levantamento dos sistemas de estruturas, hidráulicos e elétricos pré-existent:**

*Elaboração de Relatório de Levantamento de Estruturas e Sistemas Pré-existent, com descrição dos principais elementos, condições de uso, possibilidade de aproveitamento ou necessidade de reformas;*

1.3. **Anteprojetos**

*Desenvolvimento de anteprojetos:*

- Anteprojeto de Arquitetura completo - indicando, inclusive, elementos a serem demolidos e/ou acrescentados; proposta de cobertura, com interface compatível com as novas edificações, atualmente em execução; solução arquitetônica para instalação de equipamentos para condicionamento ambiental (ar condicionado e proteção contra incidência direta de insolação); proposta de renovação e modernização dos sanitários; proposta de adequação de esquadrias; atenção às normas de acessibilidade e atendimento à NBR 9050; proposta para localização dos equipamentos e mobiliários principais (definição do layout dos ambientes);*
- Anteprojeto de Estruturas (concreto e metálicas) - lançamento preliminar dos sistemas estruturais a serem reformados e/ou acrescentados e/ou eliminados, incluindo solução estrutural para adequação das coberturas de toda a ala das salas docentes;*
- Anteprojeto de Instalações hidráulicas - incluindo a reforma e modernização dos sanitários situados neste pavimento, bem como indicação preliminar da solução para reforma do*



*reservatório de água, compatibilizada com todo o sistema de abastecimento hidráulico e reserva de incêndio das novas instalações do IAU-USP*

- *Anteprojeto de Instalações elétricas e de gás (GLP) - ressaltando-se a necessária compatibilização das soluções propostas com todo o sistema de abastecimento de energia elétrica existente, aquele que vem sendo implementado e aqueles necessários para o abastecimento de GLP, devido às obras de ampliação do IAU-USP;*
- *Sistema de Comunicação e Monitoramento - ressaltando-se a necessária compatibilização das soluções propostas com todo o sistema de comunicação e monitoramento existente e aquele que vem sendo implementado, devido às obras de ampliação do IAU-USP;*
- *Anteprojeto de Climatização - com proposta para instalação de ar condicionado, ventilação forçada e exaustão dos ambientes;*

#### **1.4. Projetos básicos (pré-executivos)**

*A partir das avaliações e aprovação dos Anteprojeto, conforme descrito anteriormente, o desenvolvimento dos Projetos Básicos deve promover o detalhamento, o dimensionamento e quantificação preliminar de todas as soluções presentes naquela etapa dos projetos para a reforma da ala das salas docentes do IAU-USP.*

#### **1.5. Projetos executivos.**

*A partir das avaliações e aprovação dos Anteprojeto, conforme descrito anteriormente, a elaboração dos projetos executivos detalhados para a execução da obra deverá abranger todas as especialidades mencionadas anteriormente, fornecendo o detalhamento, o dimensionamento e quantificação definitiva de todas as soluções presentes naquela etapa dos projetos para a reforma da ala das salas docentes do IAU-USP. Nesta etapa, deverão ser igualmente fornecidos os respectivos Memoriais de Cálculo, referente aos Projetos Executivos de Estruturas, de Instalações Hidráulicas, de Instalações Elétricas e de Sistemas de Climatização, bem como Memoriais Descritivos, com as devidas especificações dos insumos e recomendações para execução dos serviços e obras. Além disso, os documentos de Projeto e suas especificações deverão subsidiar Planilhas de Quantificação e Orçamento, contemplando a quantificação dos serviços e insumos e respectiva composição de preços, elaborada conforme sistemas oficiais de composição de quantidades e respectivos valores (SINAP, CPOS, CDHU ou outros sistemas de referência para composição de preços de serviços e obras civis). Ressalta-se que será exigida a apresentação da memória de cálculo das quantidades, para efeito de registro, acompanhamento e controle dos serviços, no decorrer da execução das obras.*

## **2. TERMINOLOGIA**

### **2.1. CONTRATANTE**



O Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, responsável pela contratação dos serviços.

**2.2. CONTRATADA.**

A empresa contratada para a elaboração dos projetos completos, que servirão de base para a licitação e construção da obra.

**2.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA.**

A gestão administrativa do contrato será exercida pela CONTRATANTE. A fiscalização técnica será conduzida por um profissional designado pela CONTRATANTE.

**3. CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1. Coordenação e responsabilidade**

A CONTRATADA não poderá subcontratar todos os serviços objeto do contrato. A subcontratação de partes dos serviços, áreas técnicas ou especialidades deverá ser aprovada previamente pela CONTRATANTE. A CONTRATANTE pode solicitar a substituição de membros da equipe da CONTRATADA ou suas subcontratadas que impeçam o bom andamento dos trabalhos. A responsabilidade pela elaboração e exatidão dos projetos será da CONTRATADA, que deverá coordenar todos os projetos específicos, promovendo a compatibilização entre os diversos sistemas da edificação. Os profissionais e empresas envolvidos devem estar legalmente habilitados e apresentar RRTs/ARTs pelos projetos específicos. As empresas ou profissionais participantes dos projetos não poderão participar da execução das obras.

**3.2. Legislações, normas e regulamentos.**

A CONTRATADA será responsável por seguir todas as leis, decretos, regulamentos e normas técnicas vigentes, destacando algumas:

- Código de Obras do Município ou Código Sanitário do Estado de São Paulo e Decreto nº 12.342/1978
  - Descrição: Regula os parâmetros de construção, reforma, ampliação e manutenção de edificações no Estado de São Paulo, abrangendo aspectos sanitários e de saúde pública.
  - Aplicação: O projeto deve assegurar que todas as instalações sanitárias e sistemas de esgoto estejam em conformidade com as normas de saúde pública estabelecidas pelo Código Sanitário do Estado de São Paulo.
- Normas do CCEUSP para Instalações de Lógica e Dados o Descrição:
  - Normas estabelecidas pelo Centro de Computação Eletrônica da Universidade de São Paulo para a infraestrutura de redes de lógica e dados.
  - Aplicação: O projeto deve incluir a infraestrutura necessária para a instalação de redes de dados, com cabeamento estruturado, pontos de acesso, e salas técnicas conforme as normas do CCE USP.
  -

**4. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO**



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

*Informações necessárias para a compreensão, pela empresa CONTRATADA, das demandas e necessidades a serem atendidas pelo projeto.*

### **Localização do Projeto**

*Endereço: Avenida Trabalhador Sãocarlense, 400 - Centro - CEP 13.590-566 - São Carlos/SP*





#### 4.1. Mapa de localização:



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem de satélite do Google Earth Pro.

#### 4.2. Plantas

As plantas e diretrizes podem ser acessadas através do link ([https://drive.google.com/drive/folders/1\\_UBJi4evTmXSRWh2Mdhwl28-Hcc\\_svap?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1_UBJi4evTmXSRWh2Mdhwl28-Hcc_svap?usp=sharing)) ou solicitação via e-mail para [iau.compras@sc.usp.br](mailto:iau.compras@sc.usp.br).

#### 4.3. **Descrição Sumária das Atividades abrangidas nas SALAS DOCENTES DO IAU-USP**

*Atividades Principais (realizadas nos ambientes atualmente instalados e que serão realizados após a reforma): Espaço para uso de professores e pesquisadores, adequado exclusivamente para o trabalho acadêmico (preparação de aulas, elaboração de textos e projetos, atendimento e orientação de alunos, reuniões e discussões de trabalho etc.) e administrativo (gestão de comissões, elaboração de relatórios e prestações de contas, reuniões administrativas etc.). Tal espaço deverá contemplar a instalação de equipamentos de informática, com conexão em rede de Inter e Intranet; a acomodação de acervos bibliográficos pessoais e de materiais didáticos; boa iluminação e ventilação adequada; e dimensionamento para lotação a ser decidida na evolução dos trabalhos de projeto, conforme deliberado junto ao IAU-USP.*

#### 4.4. **Reforma da ALA DAS SALAS DOCENTES DO IAU-USP**

*A reforma em questão deverá abranger todo o conjunto das salas docentes (pavimento térreo), incluindo o sanitário implantado neste pavimento e o reservatório de água, instalado na extremidade sul do corpo do edifício - além do sanitário e futura cozinha, situados no subsolo. A ideia é promovermos a modernização dos ambientes, melhorando suas condições de iluminação e ventilação, de conforto e de infraestrutura de apoio, buscando, ao mesmo tempo, maior racionalidade e aproveitamento no uso dos espaços.*



*Se hoje as salas abrigam até dois docentes cada uma, cogita-se a possibilidade de ampliar esta capacidade, conjugando salas adjacentes e preservando ambientes para a realização de reuniões com grupos maiores. Tais ambientes deverão ser dotados de transparência, permitindo a identificação das atividades ali realizadas.*

*A proposta deverá contemplar o condicionamento climático dos ambientes, prevendo a instalação de equipamentos de ar condicionado em todos as salas docentes, assegurando, contudo, o posicionamento das máquinas condensadoras em galeria projetada para este fim na cobertura do prédio.*

*Toda a cobertura deverá ser objeto de estudo, recomendando-se proposta que melhore as condições de escoamento das águas pluviais e a adoção de material estanque e isolante térmico, bem como sistemas de fixação e acabamento compatíveis com as interfaces existentes.*

*Os pisos deverão ser trocados, por material adequado a ambientes destinados a abrigar atividades como as descritas, facilitando ao máximo sua manutenção e limpeza. Também os forros deverão ser propostos assegurando conforto, segurança, isolamento térmico e compatibilidade com os sistemas de iluminação e condicionamento de ar. No caso do forro das circulações, a solução deverá levar em consideração não só os sistemas elétricos e de lógica, como também a interface com o novo edifício das Salas Multiuso e o novo Saguão do IAU-USP.*

*As áreas de circulação e corredores deverão ser planejadas para facilitar o fluxo entre os ambientes, garantindo eficiência e segurança e atendendo às normas vigentes de acessibilidade.*

*Os sanitários, dedicados ao uso masculino e feminino, deverão ser modernizados e dotados de louças e metais de qualidade superior. Os acabamentos (pisos, paredes, divisórias e bancadas) desses ambientes deverão ser pensados a partir de uma concepção de uso público, sem dúvida, assegurando facilidade de manutenção e limpeza; mas também deverão contemplar uma ambiência confortável e pensada conforme padrões contemporâneos, articulados a um sistema de iluminação ajustado às cores e texturas propostas. Do mesmo modo, a cozinha proposta, localizada na posição da atual copa do IAU, deverá ser pensada de forma racional e de uso seguro, considerando conformidade com todas as exigências estabelecidas por norma (mecanismos de exaustão, abastecimento de gás e energia elétrica, condições de preparo, cocção e limpeza adequadas etc.).*

*As instalações elétricas deverão ser integralmente revisadas, ao mesmo tempo que compatibilizadas com os demais sistemas existentes e adequadas ao padrão vigente na USP. Seu dimensionamento deverá estar em consonância com as normas técnicas em vigor, com as cargas previstas para os ambientes e com os padrões de infraestrutura elétrica adotados pela USP.*

*Todas as esquadrias deverão ser objeto de avaliação e poderá ser considerada sua integral substituição, tendo em vista sua compatibilização com o padrão que vem sendo implementado nas novas instalações do Bloco Didático, Salas Multiuso e Biblioteca do IAU-USP. De todo modo, deverá ser previsto sistemas de atenuação da incidência de luz solar direta, em todas as faces da ala das salas docentes (salas e corredores).*



*Por fim, o reservatório de água hoje existente precisa ser totalmente revisado e reformado, providenciando sua adequada estanqueidade, atualização dos sistemas de adução e distribuição, bem como eventuais reforços estruturais, se assim se verificar necessário. Dever-se-á atentar para a localização dos dutos de adução e distribuição, para que os mesmos se acomodem em “schafts”, previamente alocados para tanto. Além disso, é imprescindível considerar o Projeto de Combate a Incêndio, elaborado recentemente, cobrindo todas as instalações do IAU-USP, em sua versão mais atualizada.*

**4.5. Recursos Financeiros: USP – IAU**

**5. DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DE PROJETO**

**5.1. Diretrizes Gerais de Projeto**

*O projeto deverá atender às seguintes diretrizes gerais, conforme os anexos a este documento:*

- *Anexo I: Implantação de edifícios*
- *Anexo II: Especificações de concreto armado*
- *Anexo III: Especificação para estruturas em aço*
- *Anexo IV: Especificações para hidráulica*
- *Anexo V: Especificação técnica de materiais e equipamentos de elétrica*
- *Anexo VI: Memorial para sistemas mecânicos (elevador)*
- *Anexo VII: Memorial para sistemas mecânicos (plataforma mecânica)*
- *Anexo VIII: Diretrizes para Memoriais Descritivos e de Cálculo de Estruturas*
- *Anexo IX: Padronização de Desenhos - BIM*
- *Anexo X: Normas Técnicas de Projeto*

*Os anexos podem ser consultados pelo seguinte link:*

<https://www.sef.usp.br/documentos/procedimentos/normas-e-diretrizes-de-projeto/>

**5.2. Diretrizes Específicas**

*O projeto deverá considerar os seguintes aspectos específicos:*

- *Área de Influência Imediata: Analisar e considerar as características topográficas locais e redes de infraestrutura existentes. Evitar a derrubada de árvores com D.A.P. de 0.03 m. Se necessário, contatar a Prefeitura do Campus da USP de São Carlos para avaliação de situações específicas, contextos sensíveis e interferência com vegetação de maior porte;*
- *Acessos e Infraestrutura: Garantir o estabelecimento de acessos principais e de serviço com dimensões adequados e concebidas conforme NBR 9050;*
- *Materiais e Métodos construtivos: Selecionar materiais e métodos construtivos compatíveis com as edificações existentes e condições locais;*



- *Soluções Construtivas: Adotar soluções racionais e, sempre que possível, modulares, tanto para a execução das obras como para posterior manutenção e uso e ocupação plenamente seguros;*
- *Conforto Ambiental: Proporcionar conforto térmico e acústico, evitando insolação excessiva e utilizando soluções adequadas para ventilação e iluminação;*
- *Telhados e Impermeabilização: Priorizar a utilização de telhas metálicas termo acústicas, classe superior (altura e espessura de chapa adequadas às estruturas de suporte e ambientes que serão cobertos), sempre que possível ventiladas - além de evitar a previsão de lajes impermeabilizadas;*
- *Ancoragem para Trabalhos em Altura: Prever soluções de ancoragem para manutenção e limpeza de coberturas e fachadas;*
- *Instalações Hidráulicas e Elétricas: Projetar sistemas de água, esgoto, drenagem e instalações elétricas adequadas às normas e integração com redes externas;*
- *Sistemas Mecânicos e Climatização: Implementar sistemas de climatização conforme normas técnicas e especificações adequadas, assegurando a franca disponibilidade de insumos e peças, bem como facilidade de manutenção e higienização;*
- *Qualidade dos Materiais: Especificar materiais de 1ª qualidade e garantir a conformidade com normas técnicas e certificações;*
- *Sustentabilidade e Impacto ambiental: Incorporar práticas sustentáveis, como eficiência energética e gestão de resíduos, e garantir o cumprimento da legislação ambiental.*

*Estas diretrizes e orientações devem ser rigorosamente seguidas para garantir a conformidade com os requisitos da USP e a qualidade dos projetos.*

## **6. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS**

*A LICITANTE deverá realizar uma vistoria no local do empreendimento para se familiarizar com as condições existentes, a fim de evitar responsabilidades futuras decorrentes do desconhecimento dessas condições. A CONTRATADA concordará que os serviços contratados devem ser complementados em todos os seus detalhes, fornecendo todos os elementos técnicos necessários para a fundamentação da licitação e execução das obras, mesmo que esses elementos não sejam especificamente mencionados. A empresa deverá apresentar os atestados de capacidade técnica e a relação de equipe técnica mínima conforme estabelecido no edital, comprometendo-se a garantir que os integrantes da equipe realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.*

## **7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Após a assinatura do contrato, a empresa CONTRATADA deverá comparecer à reunião de ordem de início dos trabalhos convocada pela CONTRATANTE. Nesta reunião, deverão estar presentes os responsáveis de todas as áreas técnicas envolvidas no contrato. A reunião servirá para



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

apresentação das necessidades a serem abordadas em projeto e das pessoas envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos, marcando a data de início destes. Durante a execução dos serviços, serão realizadas reuniões periódicas, conforme detalhada no item 7.1, nas quais participarão o coordenador do projeto, os responsáveis técnicos pelos projetos e a FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE. O comparecimento às reuniões convocadas é obrigatório. Estas reuniões têm como objetivo analisar, definir, dirimir dúvidas, solicitar complementação de informações ou corrigir falhas e omissões. As reuniões serão documentadas em Atas de Reunião. Decisões e solicitações da CONTRATANTE para melhorias do projeto deverão ser incorporadas automaticamente. A critério da CONTRATANTE, poderão ser solicitadas amostras, catálogos, visitas técnicas ou outros detalhes necessários para a perfeita compreensão e aceitação dos itens propostos pela CONTRATADA.

Tabela de Reuniões Periódicas Durante a Elaboração do Projeto ***para desenvolvimento dos PROJETOS PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES DO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO, CAMPUS USP SÃO CARLOS***





## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

Etapa do Trabalho	Descrição dos Serviços	Frequência das Reuniões	Tipo de Reunião
1. Levantamento de Necessidades	Identificação das necessidades e requisitos	Inicial (Única)	Presencial
2. Estudo Preliminar	Desenvolvimento de estudos iniciais e alternativas	mensal	Presencial
3. Anteprojeto	Elaboração do anteprojeto com opções de layout	Mensal	Presencial
4. Projeto Básico e Executivo	Detalhamento do projeto arquitetônico e complementares	Quinzenal	Presencial
5. Orçamento e Planejamento	Elaboração do orçamento detalhado e planejamento da execução	Mensal	Presencial
6. Compatibilização de Projetos	Integração e compatibilização de projetos complementares	Mensal	Presencial
7. Revisões Finais	Revisão final dos projetos e ajustes necessários	Quinzenal	Presencial
8. Entrega do Projeto	Apresentação e entrega do projeto final	Única	Presencial

### Observações:

- Reuniões adicionais poderão ser convocadas conforme a necessidade, para tratar de questões emergenciais ou ajustes específicos.
- Relatórios de progresso serão enviados regularmente, além das reuniões presenciais, para manter todas as partes informadas sobre o andamento dos trabalhos.
- Participantes das reuniões: Engenheiros, arquitetos, representantes da universidade, consultores especializados e outros profissionais relevantes.



## 8. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

*Todos os projetos de todas as áreas técnicas serão apresentados por meio de desenhos, memoriais e planilhas que deverão conter, além do assunto específico, as seguintes identificações:*

- *Identificação da Contratada.*
- *Identificação do responsável pelo projeto: nome, registro profissional.*
- *Identificação da obra: nome e sigla da unidade, do empreendimento, e natureza da intervenção (reforma).*
- *Identificação do projeto: estágio do projeto, especialidade/área técnica.*
- *Capa com identificação do documento: título do documento (ex: Memorial Descritivo de Arquitetura), identificação da obra, estágio do projeto, data da emissão e número de revisão.*
- *Demais dados pertinentes.*

*Nas etapas de Projeto Básico e Executivo, também serão encaminhadas ARTs ou RRTs dos responsáveis pelos projetos de cada área técnica específica, incluindo o responsável pela Planilha Orçamentária. Os serviços objeto do contrato serão apresentados em todas as etapas através de:*

### 8.1. Peças gráficas para entrega de um projeto BIM

As peças gráficas para a entrega de um projeto BIM (Building Information Modeling) ou Modelagem da Informação da Construção devem seguir as normas de representação gráfica da ABNT. Os desenhos serão entregues em formato máximo A0, em cópias plotadas em papel sulfite e em arquivos digitais gravados em pen drives. Todas as áreas técnicas deverão apresentar seus desenhos conforme o documento anexo denominado “Padronização de desenhos”.

#### Entrega dos Desenhos

- Formato: Máximo A0, representados conforme as normas da ABNT.
- Meio Físico: Cópias plotadas em papel sulfite.
- Meio Digital: Arquivos digitais gravados em pen drives.

#### Padronização de Desenhos

Todas as áreas técnicas deverão apresentar seus desenhos conforme o documento anexo denominado “Padronização de desenhos”, que contempla:

- Formatos de texto;
- Layers;
- Dimensões;
- Penas para plotagem;
- Nomeação de documentos;
- Armazenamento de arquivos;





- Elaboração de biblioteca eletrônica;
- Formas de otimização do trabalho;
- Carimbo e Logotipos.

O carimbo com o logotipo IAU deve ser adotado apenas por empresas contratadas diretamente pelo órgão. Nos documentos apresentados, ao lado ou acima do carimbo do IAU, a empresa contratada deve colocar seu próprio logotipo.

#### 8.2. **Memoriais Descritivos e Relatórios Técnicos**

*Os Memoriais Descritivos devem esclarecer e complementar os projetos e suas especificações, detalhando todos os sistemas propostos, seus posicionamentos e características, relacionando e definindo materiais, equipamentos e serviços, a fim de orientar a compra, execução e recebimento dos mesmos.*

*Os relatórios técnicos das áreas de instalações (climatização, sistemas mecânicos, elétrica e hidráulica) são textos com esquemas, gráficos e cálculos que justificam a tomada de decisões e definições necessárias à continuidade e finalização dos projetos. Devem ser elaborados em programa de processamento de texto, em versão atualizada, entregues para análise em duas cópias em papel sulfite formato A4 e arquivos digitais editáveis.*

#### 8.3. **Memoriais de Cálculo**

*São relatórios que indicarão os critérios adotados no dimensionamento dos diversos sistemas, podendo incluir planilhas e desenhos explicativos. Devem ser elaborados em programas de processamento de texto e montagem de planilhas, entregues para análise em duas cópias em papel sulfite formato A4 e arquivos digitais editáveis.*

### 9. **ORÇAMENTOS E CRONOGRAMAS**

*Os orçamentos deverão ser sintéticos e globais, com quantitativos e custos unitários e totais de todos os serviços, materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a execução das obras. Deverão acompanhar os orçamentos o resumo com os preços totais das etapas de obra e a participação percentual no custo total. Os orçamentos devem ser apresentados nas etapas de Projeto Básico e Executivo.*

*Os orçamentos serão desenvolvidos e apresentados em planilhas executadas conforme os sistemas:*

- SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;
- CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, boletim referencial de custos;
- Ou outros oficiais.

*Observação: Os custos apresentados deverão ser serviços com desoneração.*



*Eventuais materiais e serviços não constantes nos referidos sistemas deverão ser compostos a partir de pesquisa de preços médios do mercado local ou regional, obtidos com no mínimo três fornecedores. Tal composição deverá seguir os mesmos moldes dos sistemas oficiais e indicar claramente que são preços compostos a partir de pesquisa de mercado. As cotações e composições fora dos sistemas oficiais devem ser agregadas à planilha orçamentária final, sendo que as consultas de mercado e respectivas composições deverão ser fornecidas em planilha eletrônica à parte.*

*O cronograma físico/financeiro deverá prever o período de obras e o desembolso total e mensal durante esse período. Os documentos referentes a este item devem ser entregues em cópias em papel sulfite formato compatível (no máximo A3) e arquivos digitais editáveis. Devem também conter a identificação dos responsáveis pela sua elaboração e dever ser acompanhados das ARTs ou RRTs específicas.*

## **10. ETAPAS DOS SERVIÇOS**

*Os projetos serão apresentados de forma individualizada e em etapas para todas as áreas técnicas envolvidas. Isso facilita o acompanhamento e a correção de eventuais falhas ou promoção de ajustes nos projetos. As etapas de um projeto completo incluem: levantamento cadastral, estudo preliminar, anteprojeto, projeto básico (ou pré-executivo) e projeto executivo. Cada etapa dos projetos deve ser completamente compatibilizada pela CONTRATADA e somente será aceita e considerada concluída após a aprovação de todas as especialidades pela FISCALIZAÇÃO.*

### **10.1. Levantamentos Cadastrais**

#### **10.1.1. Levantamento Cadastral Arquitetônico**

*Plantas, cortes e elevações em escala 1:100 contendo descrição geométrica dos ambientes, suas dimensões e principais ocorrências relativas às pré-existências, tanto na própria edificação que será reformada, como ao longo de todo o entorno da ALA DAS SALAS DOCENTES DO IAU-USP.*

#### **10.1.2. Levantamento Cadastral de Instalações**

*Plantas e esquemas gráficos registrando os sistemas elétricos, hidráulicos e de lógica existentes, tanto no edifício como no entorno da área a ser reformada da ALA DAS SALAS DOCENTES DO IAU-USP. Este levantamento deverá ser composto de plantas, cortes, detalhes e isométricas em escalas adequadas, com todos os itens e informações necessárias ao desenvolvimento dos Projetos, em todas as suas etapas.*

### **10.2. Estudo Preliminar**

*Estudos efetuados pela CONTRATADA que, quando aprovados pela CONTRATANTE, servirão de base para a elaboração do Projeto Completo. Devem atender às normas e legislação vigente e ao programa da CONTRATANTE, compatíveis com os recursos financeiros informados.*

- *Composição mínima:*



- *Planta geral de implantação, plantas (ambientes e cobertura), cortes e elevações, em escala 1:100 ou 1:200 e, se necessário, esquemas gráficos, modelos 3D e detalhes de aspectos mais relevantes, em escala adequada;*
- *Proposta de Plano de Obras, com indicação de etapas de execução, explicitadas através de esquemas e justificativas técnicas, apontando diretrizes necessárias à implantação total do empreendimento.*

### **10.3. Anteprojeto e Relatórios Técnicos de Estruturas e Instalações**

*Esta etapa é o aprofundamento do Estudo Preliminar, definindo o conjunto de soluções e informações técnicas necessárias para o desenvolvimento do projeto em todas as especialidades técnicas. Os documentos gerados nesta etapa possibilitarão o entendimento dos sistemas, soluções de conforto ambiental, materiais e equipamentos necessários à construção e posterior perfeito funcionamento da futura edificação e que, após aprovação da CONTRATANTE (ou instância da USP designada para fiscalização, avaliação e acompanhamento dos serviços), serão aprofundados e detalhados na próxima etapa. Será composto por peças gráficas e memoriais de cálculo e/ou textos explicativos.*

#### **10.3.1. Anteprojeto de Arquitetura:**

*Planta de Implantação em escala mínima de 1:100 contemplando todas as edificações, novas e existentes, do entorno imediato, indicando o norte magnético e verdadeiro, eixos das construções (cotados em relação à referência pré-determinada e estabelecida em comum acordo com a CONTRATANTE), taludes (com cotas de pé e crista), distâncias entre edificações, postes, árvores, calçamentos, caixas de visita e passagem de instalações existentes (com tampos aparentes), níveis de referência e de soleira das edificações, bem como demais elementos construídos existentes, a demolir e a construir;*

*Plantas do pavimento em esc. 1:100 indicando eixos construtivos, nomes dos ambientes, shafts, cotas de piso acabado, medidas internas e externas, divisórias, espessuras de paredes, dimensões de aberturas e vãos de portas e janelas, alturas de peitoris, indicação de cortes e elevações, tabela de iluminação e ventilação de ambientes, tabela com especificação de materiais e acabamentos etc.;*

*A planta do pavimento térreo deverá indicar o calçamento externo, níveis de soleira e áreas externas. Deverão ser apresentadas plantas de layout dos ambientes, em esc. 1:100, com posição de mobiliário, equipamentos e suas dimensões, pontos de utilidades (elétrica, hidráulica, gases, etc.), com tabela de equipamentos com nome, dimensões e exigências técnicas;*

*Planta de cobertura em escala 1:100 com especificação dos materiais, indicação de sentido de escoamento de águas, indicação de calhas, ralos, pisos técnicos e casas de máquinas para equipamentos, barrilete, reservatórios etc.;*



*Cortes transversais e longitudinais em escala 1:100, contemplando acessos, áreas de circulação, escadarias, torres de elevador, barrilete e reservatórios, indicação de pés-direitos, cotas de nível, altura de vãos, dimensionamento de platibandas, indicação de materiais e de detalhes etc.;*

*Elevações em escala 1:100 indicando aberturas, esquadrias, soluções propostas para evitar a insolação nos períodos críticos, alturas, níveis etc.;*

*Memória de cálculo de instalações sanitárias e áreas de ventilação e iluminação de acordo com o padrão exigido pela USP e com o Código de Obras do Município. Deverá conter o dimensionamento de circulações, rotas de fuga, escadas, etc. conforme legislação do Corpo de Bombeiros.*

**10.3.2. Anteprojeto de Estruturas (fundações, concreto e metálicas):**

*Parecer técnico de estruturas, elaborado por engenheiro especialista em Estruturas, atestando a integridade estrutural do edifício existente e compatibilidade das soluções propostas. Tal parecer deverá ainda apresentar justificativa técnica das soluções estruturais propostas;*

*Plantas e cortes de pré-formas em esc.1:100 com pré-dimensionamentos dos elementos das estruturas de concreto, quando couber, para todos os segmentos da ALA DAS SALAS DOCENTES do IAU-USP;*

*Plantas e cortes de em esc.1:100 com pré-dimensionamentos dos elementos das estruturas metálicas, quando couber, para todos os segmentos da ALA DAS SALAS DOCENTES do IAU-USP;*

*Listas preliminares de materiais com as quantidades de estruturas de concreto e das estruturas em aço;*

*Memoriais justificativos das soluções e sistemas adotados considerando atendimento à arquitetura e às razões técnicas e econômicas para sua adoção;*

*Memórias de cálculo e dimensionamento.*

*As soluções apresentadas devem estar incorporadas ao anteprojeto de arquitetura.*



**10.3.3. Relatórios Técnicos de Conforto Ambiental (térmico e acústico):**

*De Conforto Térmico: Relatório apresentando a análise do desempenho térmico da edificação e de orientação e dimensões das aberturas, diagramas de Insolação das fachadas, máscaras e dispositivos de proteção, alternativas de sistemas de proteção e indicação de materiais que os compõem. As soluções para o conforto ambiental contra a insolação excessiva no intervalo de 9:00h às 17:00h devem objetivar o conforto térmico interno dos ambientes das edificações considerando a necessidade de minimizar a utilização de equipamentos artificiais, conciliando com a preservação da iluminação natural e questões acústicas do entorno. Para possibilitar a tomada de decisão pela CONTRATANTE, o relatório deve conter também análise de custo/benefício das soluções propostas e consequências de sua incorporação no anteprojeto de arquitetura (estudo de fachadas e coberturas). O relatório fornecerá subsídios para a avaliação das soluções de sistemas de condicionamento artificial do ar apresentadas;*

*De Conforto Acústico: Relatório apresentando a caracterização das fontes de ruído e de vibração (originados por veículos, equipamentos de ar condicionado e outros) e as medidas de controle (na fonte ou na transmissão) necessárias para minimização ou eliminação de seus efeitos e as soluções de projeto para as necessidades de conforto acústico dos diferentes ambientes. Serão apresentados esquemas dos sistemas propostos e dos materiais que os compõem. Para possibilitar a tomada de decisão pela*

*CONTRATANTE o relatório deve conter também análise de custo/benefício das soluções propostas e consequências de sua incorporação no anteprojeto de arquitetura.*

**10.3.4. Relatórios Técnicos de Climatização:**

*Em relação à climatização, o relatório deverá contemplar todos os ambientes beneficiados tanto para o condicionamento de ar, quanto para a ventilação e exaustão.*

*O relatório conterá: parâmetros utilizados, normas consultadas da ABNT, ASHRAE e outras, planilhas de carga térmica por ambiente beneficiado indicando ganho de calor externo por radiação solar e por ar externo de renovação através de vidros, paredes e coberturas; ganho de calor interno por paredes, pessoas, iluminação e equipamentos. Em função dos dados acima, serão dimensionadas as vazões de ar mínimas de insuflamento, retorno e ar externo por ambiente. Tabela comparativa com alternativas do sistema a ser adotado (split-system, VRF - Fluxo de Gás Refrigerante Variável ou outro) com pelo menos duas propostas de soluções tecnicamente viáveis de sistemas de condicionamento de ar, incluindo os custos associados e as vantagens/desvantagens de cada sistema.*



*Modelo de tabela comparativa:*

- *Capacidade nominal da infraestrutura térmica (TR)*
- *Potência elétrica instalada (kw)*
- *Custos operacionais*
- *Investimento inicial estimado*
- *Vida útil do sistema médio (anos)*
- *Conforto ambiental*
- *Fluxogramas do sistema mostrando todos os equipamentos envolvidos, suas relações com os ambientes beneficiados, incluindo condicionadores e ambientes atendidos;*
- *Estimativa de demanda elétrica e planta com a posição dos equipamentos e dos pontos de força para subsídio do projeto de elétrica;*
- *Dimensionamento básico e requisitos técnicos dos ambientes dos equipamentos do sistema para subsídio do projeto de arquitetura.*
- *As soluções apresentadas devem estar incorporadas ao anteprojeto de arquitetura e estruturas.*

#### **10.3.5. Relatórios Técnicos de Elétrica e Hidráulica:**

##### **10.3.5.1. Relatório técnico de instalações elétricas:**

*Avaliação do sistema existente e indicação justificada da manutenção ou a necessidade de novas instalações elétricas, como substituição do QGBT existente, alimentadores, e demais informações necessárias e relevantes para a continuidade do projeto. O relatório será composto de texto justificativo, esquemas, cálculos e/ou desenhos técnicos. Quando pertinentes, as informações deverão estar contempladas no anteprojeto de arquitetura.*

##### **10.3.5.2. Relatório técnico de hidráulica e de compatibilização com Projeto de Combate a Incêndio existente:**

*Avaliação da compatibilidade e capacidade dos reservatórios existentes para atendimento das reservas de consumo, incêndio e de ar condicionado, privilegiando o aproveitamento da capacidade instalada.*

*Dimensionamento, posicionamento de reservatórios e barriletes. Dimensionamento e melhor localização do reservatório de retenção de águas pluviais em função das condições locais. Dimensionamento do volume de abastecimento necessário, memória de cálculo com indicação da pressão da rede de abastecimento de água e demais informações necessárias e relevantes para a continuidade do projeto;*





*Avaliação das soluções de arquitetura e de possíveis interferências no projeto decorrentes do projeto aprovado de Combate a Incêndio, conforme parecer do Corpo de Bombeiros. Definição das diretrizes a serem introduzidas nas novas instalações, visando sua compatibilização com o projeto aprovado. O relatório será composto de texto justificativo, esquemas, cálculos (de reserva de consumo e de reserva de incêndio) e / ou desenhos técnicos. Quando pertinentes, as informações deverão estar contempladas no anteprojeto de arquitetura e de estruturas.*

#### **10.4. Projeto básico (pré-executivo).**

*O Projeto Básico é decorrente do aprofundamento da etapa de anteprojeto, aprovada anteriormente. Consiste na representação, em todas as especialidades, do conjunto completo de informações técnicas necessárias para a compreensão do projeto com detalhamentos suficientes para o perfeito entendimento das soluções de conforto ambiental, dos sistemas, materiais e equipamentos especificados por todas as áreas técnicas envolvidas e a interface com o entorno edificado ou não. Alterações nos projetos decorrentes de exigências dos órgãos de aprovação, de complementação de informações obtidas junto ao IAU-USP ou definidas pelos demais projetos complementares, deverão ser comunicadas e aprovadas pela CONTRATANTE antes de serem incluídas na etapa do projeto executivo. A critério da CONTRATANTE poderão ser solicitados maiores detalhamentos e esclarecimentos dos documentos que compõem o projeto de modo a facilitar a compreensão do projeto, a licitação e a futura execução das obras. Os documentos que compõem esta etapa são:*

- *Peças gráficas;*
- *Memoriais de cálculo;*
- *Memoriais descritivos com especificações técnicas de materiais, de serviços e de equipamentos;*
- *Planilhas orçamentárias de quantitativos e preços unitários e globais das obras (item 9) contemplando todos os itens de todas as áreas técnicas necessários à execução da obra mesmo que não descritos nos subitens abaixo.*

##### **10.4.1. Básico (Pré-executivo) de Arquitetura**

- *Planta de Implantação em escala mínima de 1:200 contemplando as edificações (existentes, a reformar, a ampliar e/ou a construir), arruamentos e calçamentos novos e existentes circundantes, vias de acessos de serviços. Indicação de Norte magnético e verdadeiro, eixos da construção cotados em relação à referência, indicação de taludes, identificação e distâncias às edificações próximas, postes, árvores, calçamentos, indicação de caixas de visita e passagem de instalações (com tampos aparentes), reservatório de retenção de águas pluviais, guias, sarjetas,*





*níveis de referência e de soleiras da edificação (existentes, a reformar, a ampliar e/ou a construir), e demais elementos construídos existentes a demolir e a construir;*

- *Plantas do pavimento em esc. 1:100 indicando elementos a demolir;*
- *Plantas do pavimento em escala 1:50 com eixos, cotas de piso acabado, nomes de ambientes, medidas internas e externas, divisórias, paredes, indicação em escala de quadros e painéis de força, caixas de hidrantes, condutores em escala com indicação de diâmetros, shafts, cotas de piso acabado, dimensões de aberturas e vãos de portas e janelas, alturas de peitoris, indicação de cortes, elevações e detalhes, tabela de iluminação e ventilação de ambientes, tabela com especificação de materiais e acabamentos, indicação de cortes e elevações, detalhes, etc. A planta do pavimento deverá indicar o calçamento externo e os níveis de soleira e níveis externos ao edifício, quando for o caso;*
- *Plantas de layout dos pavimentos em esc. 1:50 contendo, em cada ambiente, a posição de mobiliário, dos equipamentos em escala, pontos de utilidades (elétrica, hidráulica, gases, etc.) e tabela de equipamentos com nome, dimensões e exigências técnicas (peso, potência, abastecimento de água, gases, exaustão etc.);*
- *Plantas dos pavimentos em esc. 1:100 com paginação dos pisos;*
- *Plantas de forros dos pavimentos em escala 1:100 indicando paginação, materiais, equipamentos de ar condicionado, grelhas do sistema, luminárias e legenda com especificação de luminárias;*
- *Planta de cobertura em escala 1:50 com especificação dos materiais componentes, sistema estrutural, indicação de sentido e caimento de escoamento de águas, indicação, dimensionamento e detalhamento de calhas, rufos, contra-rufos, barrilete, reservatórios, pisos técnicos, centrais de equipamentos, casas de máquinas etc.;*
- *Cortes transversais e longitudinais da edificação em escala 1:50, contemplando escadarias, torres de elevador, barrilete e reservatórios, com indicação de pé direito, cotas de nível, perfil natural do terreno, altura de vãos, dimensionamento de platibandas, indicação de materiais e de detalhes etc.;*
- *Elevações em escala 1:50 indicando aberturas, esquadrias, alturas, níveis, etc;*
- *Ampliações de áreas molhadas em escala 1:25;*
- *Vistas e detalhes de esquadrias com componentes, vidros, sentido de movimento das peças etc.;*
- *Detalhes construtivos necessários à perfeita compreensão da obra a executar (corrimãos, divisórias, soleiras, juntas de dilatação, etc.) em escala adequada;*
- *Memorial descritivo e explicativo de todos os sistemas, materiais e serviços a serem empregados na futura obra com relação resumida de materiais de acabamento por ambiente.*

#### **10.4.2. Básico (Pré-executivo) de Estruturas**

- *Plantas de locação e cargas em esc. 1:50;*



- *Plantas de formas em escala 1:50;*
- *Planta de formas/estrutura metálica da cobertura, em escala 1:50;*
- *Planta de formas da caixa de retenção de águas pluviais (quando adotado modelo em concreto executado “in loco”);*
- *Cortes transversais e longitudinais em escala 1:50;*
- *Plantas de armaduras prevendo a interligação de ferragens para o sistema de SPDA em conformidade com o projeto de elétrica;*
- *Desenhos de detalhes (reservatório e outros) em escalas ampliadas;*
- *Projeto de estruturas metálicas com identificação de apoios, tipos dos perfis, posição e dimensionamento dos mesmos (ver anexo III - Especificações para Estruturas em Aço), etc.*
- *Memorial descritivo e explicativo;*
- *Memórias de cálculo para estruturais de concreto e metálicas.*

#### **10.4.3. Básico (Pré-executivo) de Instalações Hidráulicas**

- *Planta de implantação em escala mínima 1:100 com indicação das ligações às redes existentes, cotas de tampa e fundo e dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, indicação em escala da caixa de retenção de águas pluviais, indicação e dimensionamentos de redes existentes e a executar, indicação do remanejamento de redes quando necessário, localização de interferências, assim como árvores, postes, bancos, drenagens externas etc.;*
- *Plantas dos pavimentos em escala 1:50 com o traçado e dimensionamento de redes e tubulações dos diversos sistemas que compõem o projeto de hidráulica (água, esgoto, águas pluviais e incêndio);*
- *Planta da cobertura, barrilete e caixa d'água em escala 1:50 com traçado e dimensionamento de redes e tubulações;*
- *Ampliações em escala 1:20 dos detalhes necessários à perfeita compreensão da obra;*
- *Isométricos gerais e de água fria e incêndio em escala adequada;*
- *Memorial descritivo e explicativo com todas as especificações técnicas detalhadas de todos os sistemas, equipamentos, materiais e serviços pertinentes a obra;*
- *Memória de cálculo com indicação da pressão da rede de abastecimento de água cálculo de reservas para consumo e combate a incêndio etc.;*

#### **10.4.4. Básico (Pré-executivo) de Instalações Elétricas**

- *Se necessário projeto de reforma da cabine existente em função do relatório de avaliação da etapa anterior, com substituição do QGBT existente, alimentadores etc.;*



- *Implantação geral contendo a alimentação da edificação, remanejamentos de redes existentes (se necessário), caixas de entrada da rede de fibra ótica e lógica, bem como indicação das instalações externas (iluminação do entorno da edificação);*
- *Plantas dos pavimentos em escala 1:50 (força, tomadas, iluminação e infraestrutura para redes de dados/voz) com detalhes das instalações e dimensionamento de quadros e painéis (altura, largura e comprimento);*
- *Plantas de iluminação de áreas externas;*
- *Planta de cobertura com SPDA do tipo estrutural em escala 1:50;*
- *Planta do térreo com a equalização do SPDA e aterramento com detalhes específicos;*
- *Diagrama de quadros;*
- *Memorial descritivo;*
- *Memória de cálculo do dimensionamento dos alimentadores principais e as proteções com a apresentação dos critérios, parâmetros e normas adotadas para a elaboração do projeto.*

#### **10.4.5. Básico (Pré-executivo) de climatização**

- *Fluxograma do Sistema mostrando todos os equipamentos envolvidos, suas relações com os ambientes beneficiados;*
- *Condicionadores e seus ambientes atendidos, traçado de dutos de ar insuflado e de retorno e/ou de exaustão;*
- *Planta e cortes dos pavimentos, com a posição dos equipamentos e encaminhamentos dos dutos, tubulações frigoríficas em escala 1:50;*
- *Memorial de cálculo indicando todas os parâmetros utilizados e as normas consultadas;*
- *Memorial descritivo com especificações técnicas e explicativo do sistema de ar condicionado.*

#### **5. Projeto Executivo**

*Conjunto completo de informações técnicas necessárias para a licitação e a completa execução das obras em todas as áreas técnicas envolvidas. Nele deverão estar contemplados todos os itens do Projeto Básico, todo o detalhamento, todas as interfaces dos sistemas e seus componentes. Na etapa de projeto executivo deverão ser incorporadas todas as correções e complementações solicitadas pela fiscalização e/ou pela CONTRATANTE nas verificações anteriores do projeto completo.*

*Deverá conter, de forma clara, precisa e completa, todas as indicações, informações, detalhes construtivos e custos necessários para a licitação das obras e a perfeita execução, instalação e montagem dos serviços, obras e equipamentos e futuro funcionamento do empreendimento e sua interface com o entorno, edificado ou não.*



*Os documentos que compõem esta etapa são: peças gráficas, memoriais descritivos e de cálculo, planilhas orçamentárias de preços unitários e globais das obras, especificação de sistemas e equipamentos, cronogramas físicos/financeiros (conforme item 9), contemplando todos os itens de todas as áreas, necessários à execução das obras (mesmo que não descritos nos subitens abaixo), devidamente compatibilizados e coordenados.*

#### **10.5.1. Projeto Executivo de Arquitetura**

- *Planta de Implantação em escala mínima de 1:200 ou 1:100 contemplando o conjunto edificado, calçamentos novos e existentes circundantes, vias de acesso de serviços. Deverá conter, ainda, indicação de Norte magnético e verdadeiro, eixos da construção cotados em relação à referência, indicação de taludes, identificação de edificações próximas, postes, árvores, calçamentos, caixas de visita e passagem de instalações (com tampos aparentes), reservatório de retenção de águas pluviais, guias, sarjetas, níveis de referência e de soleiras da edificação (existente e a ampliar), e demais elementos construídos existentes a demolir e a construir;*
- *Plantas do pavimento em escala 1:50 com cotas de piso acabado, nomes de ambientes, painéis de força, caixas de hidrantes, condutores, shafts, cotas de piso acabado, medidas internas, divisórias, espessuras de paredes, dimensões de aberturas e vãos de portas e janelas, alturas de peitoris, especificação de materiais e acabamentos indicação de cortes e elevações, detalhes, indicação de elementos a demolir, tabela com especificação de materiais e acabamentos, etc. A planta geral do pavimento deverá também indicar o calçamento externo e os níveis de soleira externos ao edifício;*
- *Plantas de layout do pavimento em esc. 1:50 contendo, em cada ambiente, a posição de mobiliário, dos equipamentos em escala, pontos de utilidades (elétrica, hidráulica, gases, etc.) e tabela de equipamentos com nome, dimensões e exigências técnicas (peso, potência, abastecimento de água etc.);*
- *Plantas do pavimento em esc. 1:100 com paginação dos pisos;*
- *Plantas de forros do pavimento em escala 1:100 indicando paginação, materiais, equipamentos de ar condicionado, grelhas do sistema, luminárias e legenda com especificação de luminárias;*
- *Planta de cobertura em escala 1:50 com indicação de materiais e acabamentos, posição, dimensionamento e detalhamento de todos os elementos (telhas, estrutura de apoio e fixação, terças, calhas, rufos, contra rufos, juntas de dilatação), indicação de sentido de escoamento de águas, barrilete e reservatórios, pisos técnicos, centrais de equipamentos, casas de máquinas etc.;*
- *Cortes transversais e longitudinais da edificação em escala 1:50, contemplando escadarias, torres de elevador, barrilete e reservatórios, com indicação de pé direito, cotas de nível*



*acabados, perfil natural do terreno, altura de vãos, dimensionamento de estruturas, de platibandas, indicação de materiais e de detalhes etc.;*

- *Elevações em escala 1:50 indicando aberturas, esquadrias, materiais, acabamento, alturas, níveis, etc.;*
- *Vistas e detalhes de esquadrias com materiais componentes, vidros, sentido de movimento das peças, etc.;*
- *Ampliações de áreas molhadas em escala não inferior a 1:25;*
- *Detalhes em escalas adequadas e que se fizerem necessários para a perfeita execução da obra como balcões, galerias de instalações, juntas, escadas, corrimãos, divisórias, arremates etc.;*
- *Memorial descritivo e explicativo de todos os sistemas, materiais e serviços a serem empregados na futura obra.*

#### **10.5.2. Projeto Executivo de Estruturas**

- *Plantas de locação e cargas nos pilares esc. 1:50;*
- *Plantas de formas do pavimento em escala 1:50;*
- *Planta de formas/estrutura metálica da cobertura em escala 1:50;*
- *Planta de formas da caixa de retenção de águas pluviais;*
- *Cortes transversais e longitudinais em escala 1:50;*
- *Plantas de armaduras prevendo a interligação de ferragens para o sistema de SPDA (em conformidade com o projeto específico de elétrica) e quadros de ferragens;*
- *Detalhes em escala ampliada;*
- *Projetos de estruturas metálicas com identificação, posição e dimensionamento de apoios, tipos dos perfis (ver anexo III - Especificação para Estrutura em Aço);*
- *Detalhes ampliados das estruturas metálicas para a perfeita compreensão das obras;*
- *Memorial descritivo e explicativo;*
- *Memórias de cálculo para fundações, estruturas de concreto e estruturas metálicas.*

#### **10.5.3. Projeto Executivo de Instalações Hidráulicas**

- *Planta de implantação em escala mínima 1:100 com indicação das ligações às redes existentes, cotas de tampa e fundo e dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, indicação em escala da caixa de retenção de águas pluviais, indicação e dimensionamentos de redes existentes e a executar, indicação do remanejamento de redes quando necessário, localização de interferências, assim como árvores, postes, bancos, drenagens externas etc.;*



- *Plantas do pavimento em escala 1:50 com traçado e dimensionamento de redes e tubulações dos diversos sistemas que compõem o projeto de hidráulica (água, esgoto, águas pluviais, incêndio e gases);*
- *Planta da cobertura, barrilete e caixa d'água em escala 1:50 com traçado e dimensionamento de redes e tubulações;*
- *Ampliações em escala 1:20, isométricos, e demais detalhes necessários à perfeita compreensão e execução da obra;*
- *Isométricos gerais de água fria e incêndio em escala adequada (compatível com projeto existente, aprovado para todo o conjunto de edificações do IAU-USP);*
- *Dimensionamento da entrada d'água e da ligação de esgoto;*
- *Memorial descritivo e explicativo contendo também as especificações técnicas de todos os sistemas, equipamentos, materiais e serviços pertinentes a obra;*
- *Memória de cálculo.*

#### **10.5.4. Projeto Executivo de Instalações Elétricas**

- *Se necessário, projeto adaptação da cabine existente, em função do relatório de avaliação da etapa anterior, com eventual substituição do QGBT existente, alimentadores etc.;*
- *Implantação geral contendo a alimentação da edificação, remanejamentos de redes existentes (se necessário), caixas de entrada da rede de fibra ótica e lógica, bem como as instalações externas (iluminação viária, e do entorno da edificação);*
- *Plantas de iluminação de áreas externas;*
- *Plantas dos pavimentos em escala 1:50 (força, tomadas, iluminação e infraestrutura para redes de dados/voz) com detalhes das instalações e dimensionamento de quadros e painéis (altura, largura e comprimento), em consonância com o padrão estabelecido pela USP;*
- *Planta de cobertura com SPDA do tipo estrutural em escala 1:50;*
- *Planta do térreo com a equalização do SPDA e aterramento com detalhes específicos;*
- *Diagrama de quadros;*
- *Memorial descritivo;*
- *Memória de cálculo do dimensionamento dos alimentadores principais e as proteções com a apresentação dos critérios, parâmetros e normas adotadas para a elaboração do projeto.*

#### **10.5.5. Projeto executivo dos sistemas de climatização**

- *Fluxograma do Sistema mostrando todos os equipamentos envolvidos, suas relações com os ambientes beneficiados;*





## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

- Plantas e cortes dos pavimentos, com a posição dos equipamentos e as redes de dutos, e tubulações frigoríficas (se houver) escala 1:50;
- Detalhes específicos necessários a perfeita compreensão e execução do sistema;
- Memorial Descritivo e de especificações.

### 11. CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS DE PROJETO

A CONTRATADA deverá atender ao cronograma físico-financeiro apresentado para o desenvolvimento de seus serviços, seguindo a metodologia apresentada, prevendo como início a data da reunião de início dos serviços, e com prazos parciais distribuídos de forma a atender o cumprimento do contrato num prazo máximo total de 182 dias. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, a CONTRATADA ou a CONTRATANTE poderá solicitar reuniões de esclarecimentos necessários, de modo a não comprometer o andamento dos trabalhos. Ao vencimento de cada etapa a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE os documentos pertinentes ao conjunto de áreas técnicas envolvidas. Não serão consideradas e aceitas entregas incompletas e /ou parciais.

Cronograma Físico - Financeiro																						
Etapa	Área técnica	%	Semanas																			
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Anteprojeto		15%																				
	Arquitetura	5%																				
	Estruturas	3%																				
	Hidráulica	2%																				
	Elétrica/lógica, dados	2%																				
	Climatização	2%																				
	Estimativa de Preço	1%																				
	Verificação IAU																					
Projeto básico		25%																				
	Arquitetura	8%																				
	Estruturas	7%																				
	Hidráulica	3%																				
	Elétrica/lógica, dados	3%																				
	Climatização	2%																				
	Orçamento	2%																				
	Verificação IAU																					
Projeto Executivo		35%																				
	Arquitetura	11%																				
	Estruturas	8%																				
	Hidráulica	4%																				
	Elétrica/lógica, dados	4%																				
	Climatização	3%																				
	Orçamento	5%																				
	Verificação IAU																					
Ajustes finais e entrega do Projeto		25%																				
			Medições				1ª Medição				2ª Medição				3ª Medição				4ª Medição			
Valor Total			R\$	143.038,92		R\$	21.455,84		R\$	35.759,73		R\$	50.063,62		R\$	35.759,73						

### 12. PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A proposta deverá ser por preço global considerando que não será feito nenhum pagamento por antecipação. O pagamento será feito de acordo com o cronograma observando-se o abaixo descrito e sempre após a aprovação das etapas de serviço pela CONTRATANTE. Não serão consideradas entregas parceladas dos documentos das áreas técnicas nas respectivas etapas,





ou seja, a entrega de cada etapa deverá contemplar todos os documentos de todas áreas técnicas envolvidas. No que se refere a etapa dos projetos legais, 50% do valor corresponderá a entrega do comprovante de entrada do projeto nos órgãos públicos e a fatura correspondente a 50% do valor somente será emitida pela CONTRATADA após a aprovação do projeto junto aos órgãos correspondentes. O pagamento desta etapa não exime a responsabilidade da CONTRATADA pela inclusão das exigências e condições de aprovação nas demais etapas do projeto. A CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela CONTRATANTE, obedecidas às condições e etapas do contrato, sendo que as faturas serão emitidas e os pagamentos serão efetuados apenas quando os projetos nas respectivas etapas forem aprovados, pela CONTRATANTE. Os serviços, mesmo quando faturados e pagos, poderão sofrer correções posteriores quando constatadas eventuais falhas não observadas anteriormente à liberação do pagamento pela CONTRATANTE. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços de elaboração de projeto previstos no contrato e efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE.

### **13. OBSERVAÇÕES FINAIS**

Quaisquer esclarecimentos complementares necessários ao bom entendimento das presentes considerações serão prestados pela CONTRATANTE e deverão ser feitos antes da apresentação da proposta nas condições expressas pelo edital. Os autores dos projetos de todas as especialidades envolvidas cederão os direitos patrimoniais a ele relativos e a CONTRATANTE poderá utilizá-los de acordo com suas próprias necessidades. A CONTRATADA será responsável pela coordenação e compatibilização de todos os projetos em todas as especialidades e etapas objeto do contrato, e pelo atendimento do cronograma de entrega inclusive de suas subcontratadas. A CONTRATADA estará obrigada a esclarecer e solucionar incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, mesmo após a conclusão das etapas ou encerramento do contrato e que forem julgadas pela CONTRATANTE como necessárias para o perfeito entendimento e andamento da licitação e obra. As despesas com pendrive, plotagens e cópias em papel sulfite, etc., quando necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, ficarão às expensas da Contratada, ressalvados os elementos fornecidos pela CONTRATANTE e mencionados neste documento. Após o término dos projetos, os originais serão propriedade da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá apresentar as RRTs e ARTs de todos os profissionais responsáveis pelos projetos básicos e executivos de cada área em questão, inclusive da Planilha de Orçamento. Este documento formará parte integrante do contrato a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

### **14. DOCUMENTOS ANEXOS**



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

### ● Programa de Necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES DO PRÉDIO DA PÓS GRADUAÇÃO DO IAU										
REFORMA										
Nível	Quant.	Área Funcional	Descrição	Área Necessária (m²)	Área Total (m²)	Volume (L)	Revestimento do Piso	Revestimento da Parede	Revestimento do Teto	Observações
1º PAVIMENTO	2	Banheiros	Instalações adequadas e acessíveis para maior conforto dos usuários	16,55 [1]	33,1	-	Granilite	Sugestão aprovada pela Contratante	Sugestão aprovada pela Contratante	-
	1	Corredores e circulação	Facilita o acesso entre ambientes	123,67	123,67	-	Granilite	Sugestão aprovada pela Contratante	Forro em madeira ou sugestão aprovada pela Contratante	-
	21	Sala dos docentes	Espaço exclusivo para professores e pesquisadores, adequado para reuniões e discussões de projetos	14,55 [2]	305,55	-	Granilite ou sugestão aprovada pela Contratante	Sugestão aprovada pela Contratante	Sugestão aprovada pela Contratante	-
	1	Copa	Espaço destinado a refeições simples	20	20	-	Granilite	Sugestão aprovada pela Contratante	Forro em madeira ou sugestão aprovada pela Contratante	Integrada com a circulação
COBERTURA	1	Cobertura	Estrutura que protege o topo do edifício	610,34	610,34	-	-	-	-	Preferencialmente em estrutura metálica
	1	Caixa d'água	Reservatório que supre o consumo de água dos usuários do IAU	14,49	14,49	35000	-	-	-	-

[1] Média da área do banheiro feminino e masculino, pois eles possuem pequenas variações na metragem

[2] Média da área das salas, pois elas possuem pequenas variações na metragem

---

Thiago Catoia  
Engenheiro Civil  
PUSP-SC - Nº 3342720  
CREA-SP 5062066082



## ANEXO D

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. Vide anexo I - Tabela.

1.2. Vide anexo II - Descrição do objeto e especificações técnicas.

### 2. ENDEREÇO PARA ENTREGA

2.1. Campus USP de São Carlos. Av. Trabalhador são-carlense, 400 – Pq. Arnold Schimidt, São Carlos - SP, 13566-590. Telefone: (16) 3364-9170. E-mail: [adm@iau.usp.br](mailto:adm@iau.usp.br)

### 2.2. ANEXO I – TABELA

Item	Especificação	CATSERV	Unidade de Medida	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	Elaboração de projeto executivo	20060	1		R\$143.038,92	R\$143.038,92
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$143.038,92

### 2.3. ANEXO II - DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Elaboração dos Projetos Básico e Executivo completo de reforma da ala das salas docentes (incluindo suas coberturas, sanitário e caixa d'água) do INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - IAU



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

Tabela de Preço Orientativa de Acordo com a Lei 14.133/2021							
CDHU - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS. TABELA DE SERVIÇOS COM DESONERAÇÃO. Data base: ABR/2026							
Código	Banco	DESCRIÇÃO	UND	QTA	PREÇO SERVIÇO (SEM BDI)	PREÇO SERVIÇO (COM BDI)	PREÇO TOTAL (COM BDI)
01.17.031	HU	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA EM FORMATO A1	un	18	R\$ 3.382,83	R\$ 4.228,53	R\$ 76.113,54
01.17.051	HU	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA EM FORMATO A1	un	6	R\$ 2.480,91	R\$ 3.101,13	R\$ 18.606,78
01.17.071	HU	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM FORMATO A1	un	7	R\$ 1.065,05	R\$ 1.331,31	R\$ 9.319,17
01.17.111	HU	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM FORMATO A1	un	6	R\$ 1.182,71	R\$ 1.478,38	R\$ 8.870,28
01.17.151	HU	PROJETO EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO EM FORMATO A1	un	3	R\$ 2.276,48	R\$ 2.845,60	R\$ 8.536,80
01.40.001	Próprio	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICO E ANALÍTICO	un	1	R\$ 9.087,99	R\$ 11.359,98	R\$ 11.359,98
01.30.001	Próprio	MAQUETE ELETRÔNICA DE INTERIOR	un	1	R\$ 8.185,90	R\$ 10.232,37	R\$ 10.232,37
TOTAL							R\$ 143.038,92



## ANEXO E

### QUESITOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Na análise da Proposta Técnica serão avaliados: o conhecimento da licitante relacionado à proposta apresentada pelo IAU que fundamentará o desenvolvimento dos serviços objeto da licitação (A); a metodologia de trabalho e os recursos disponibilizados para a execução do objeto (B e C) e sua capacidade técnica demonstrada através da comprovação da experiência e da formação profissional dos elementos da sua equipe (D e E).

**A somatória da pontuação máxima possível dos grupos de quesitos atribuídos à avaliação da empresa (A, B e C) é superior à pontuação máxima possível na avaliação dos profissionais (D e E), ou seja:**

$$(A + B + C) > (D + E)$$

**A — CONHECIMENTO DO PROBLEMA:** a LICITANTE deverá demonstrar ter pleno conhecimento do local e do Documento Diagnóstico e Proposta de Reforma.

**Quesito 1 (Peso 1,50) — Compreensão dos “Elementos da Licitação” e necessidades do projeto.**

Sobre os elementos da licitação apresentados neste edital, bem como nas vistorias realizadas pela licitante, deve-se indicar se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas:

	<b>Afirmação</b>	<b>Verdadeiro</b>	<b>Falso</b>
<b>1.1</b>	O projeto do visa tanto a ampliação quanto a modernização das instalações para acomodar a crescente demanda de espaço.		
<b>1.2</b>	A empresa contratada será responsável pela elaboração de todos os projetos necessários,		



	incluindo arquitetura, estruturas, instalações elétricas e hidráulicas		
<b>1.3</b>	A licitação exige que os materiais e equipamentos atendam a normas de qualidade específicas, com indicação de fornecedores qualificados		
<b>1.4</b>	O documento de licitação permite que a contratada execute apenas o projeto básico, sem necessidade de desenvolver o projeto executivo		
<b>1.5</b>	O projeto executivo deverá prever a reforma dos banheiros existentes, transformando-os em modelo unissex, conforme diretrizes definidas pelo Instituto.		
<b>1.6</b>	O projeto deve prever acessibilidade total nas instalações, conforme as normas da NBR 9050		
<b>1.7</b>	O documento de licitação exige que a empresa contratada apresente plantas detalhadas, memoriais descritivos e orçamentos para cada etapa do projeto.		
<b>1.8</b>	O sistema de climatização deve contemplar tanto o ar-condicionado quanto a ventilação e exaustão dos ambientes.		
<b>1.9</b>	A licitação requer que todas as especificações estejam compatíveis com as normas de segurança contra incêndio estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros.		
<b>1.10</b>	O projeto deve contemplar integralmente os dois pavimentos da ala docente, conforme indicado no anexo para o elemento IV.		



**B — METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO:** a LICITANTE deverá demonstrar compreensão dos métodos de trabalho determinados, na documentação técnica encaminhada.

**Quesito 2 (Peso 1,50) — Compreensão do método de trabalho. A partir da leitura dos documentos “Elementos da Licitação” do cronograma de trabalho e outros documentos do edital, deve-se responder verdadeiro ou falso às seguintes afirmações:**

	<b>Afirmação</b>	<b>Verdadeiro</b>	<b>Falso</b>
<b>2.1</b>	O método de trabalho exige que a empresa contratada participe de uma reunião inicial antes de começar o projeto, bem como na finalização e início de cada nova etapa de trabalho.		
<b>2.2</b>	O levantamento cadastral do local é opcional para a empresa contratada		
<b>2.3</b>	Reuniões periódicas são obrigatórias durante a execução dos serviços, para alinhamento entre contratante e contratada.		
<b>2.4</b>	A contratada poderá solicitar substituição de membros da equipe da contratante se considerar necessário.		
<b>2.5</b>	A contratante poderá solicitar substituição de membros da equipe da contratada se considerar necessário.		
<b>2.6</b>	A contratada deve realizar a compatibilização entre todas as especialidades envolvidas no projeto		





<b>2.7</b>	O projeto deve incluir todas as normas técnicas vigentes, incluindo acessibilidade e segurança contra incêndio.		
<b>2.8</b>	O cronograma do projeto poderá ser alterado pela contratada conforme sua conveniência.		
<b>2.9</b>	Durante a elaboração do projeto, a contratada deve enviar relatórios de progresso à contratante regularmente.		
<b>2.10</b>	As especificações de materiais e equipamentos podem ser entregues sem referências de qualidade no memorial descritivo.		

### **AVALIAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS Quesito 1 e Quesito 2**

Cada resposta assinalada corretamente adicionará um ponto ao total da pontuação do quesito. A pontuação máxima nesses quesitos é 10 (dez) pontos cada, e a mínima 0 (zero) ponto.

**Quesito 3 (Peso 1,5) — Método de coordenação e compatibilização:** a empresa deverá descrever, em até duas páginas A4, os métodos de trabalho a serem utilizados nos processos de coordenação e compatibilização dos projetos do objeto desta licitação. Adicionalmente, poderão ser agregados à resposta textual esquemas e ilustrações que complementem as informações. A descrição deverá abordar, no mínimo, os seguintes aspectos: objetivos da compatibilização e coordenação; métodos de comunicação entre as equipes de projeto da contratada, incluindo ferramentas de acompanhamento remoto do desenvolvimento dos trabalhos; responsabilidades individuais dos projetistas das diversas disciplinas também no trabalho de compatibilização; métodos de controle de prazos; atenção ao pleno atendimento a preceitos de desenvolvimento sustentável e adoção de técnicas construtivas ambientalmente sustentáveis.

### **AVALIAÇÃO DA RESPOSTA AO Quesito 3**



A resposta será avaliada com base nos seguintes critérios:

- Objetividade e clareza nas proposições;
- Coerência entre os diversos itens que compõem a descrição;
- Completude da abordagem;

A resposta apresentada pela licitante ao Quesito será avaliada com base nos conceitos abaixo definidos e receberão a pontuação correspondente, conforme segue:

- Ótimo (10 pontos): a resposta atende completamente o quesito, tendo abordado de forma completa e adequada todos os aspectos relevantes;
- Bom (8 pontos): a resposta atende o quesito com abordagem adequada dos aspectos relevantes, mas algum aspecto de menor relevância foi abordado inadequadamente ou omitido;
- Regular (6 pontos): a resposta atende suficientemente o quesito, porém, nem todos os aspectos relevantes foram adequadamente abordados ou foram omitidos;
- Insuficiente (4 pontos): a resposta não atende o quesito. A maioria dos aspectos relevantes não foram abordados, ou o foram de forma inadequada ou foram omitidos;
- Ruim (2 pontos): Embora contendo alguma consideração pertinente, a resposta não aborda adequadamente nenhum aspecto relevante, mostrando-se inadequada, inconcludente e/ou incoerente.
- Péssimo (0 pontos): resposta completamente equivocada ou ausência de resposta.

**Não serão considerados na avaliação do quesito elementos descritivos que ultrapassem o limite de duas páginas A4**

**Nota máxima no Quesito 3: 10 pontos**

**C — TECNOLOGIAS E RECURSOS:** a empresa deverá apresentar apoio ferramental aplicado das tecnologias existente e também demonstrar a capacidade humana à disposição para execução dos trabalhos.

**Quesito 4 (Peso 1,5) — Tecnologias e Recursos:** indicar, no quadro abaixo, os recursos (softwares) a serem utilizados na execução dos trabalhos:

Item	Observações
------	-------------



<b>4.1</b>	Softwares utilizados no desenvolvimento geométrico de projetos de: Arquitetura Estrutura Instalações Hidro sanitárias Instalações elétricas	(i)
<b>4.2</b>	Software utilizado para compatibilização de projetos	(i)

**Notas:**

(i) Para os softwares de trabalho, listar os nomes e versões utilizados. Ver modelo no ANEXO I.A.

**AVALIAÇÃO DAS RESPOSTAS AO Quesito 4**

O foco deste quesito é pontuar propostas técnicas com base nas tecnologias a serem utilizadas na elaboração dos aspectos geométricos dos projetos.

Espera-se que a empresa forneça dados de maneira objetiva e verdadeira, com informações que poderão ser conferidas em diligências durante a avaliação das propostas. Serão somados pontos aos recursos apresentados da seguinte maneira:

**Pontuações para 4.1 e 4.2.**

<b>Disciplina</b>	<b>2D<sup>1</sup></b>	<b>3D<sup>2</sup></b>	<b>3D+<sup>3</sup></b>
Arquitetura	1,00	1,50	2,00
Estruturas	1,00	1,50	2,00
Elétrica	0,75	1,00	1,50
Hidráulica	0,75	1,00	1,50

<sup>1</sup> Software de projeto bidimensional, como AutoCAD 2D, ZWCAD, IntelliCAD e semelhantes.

<sup>2</sup> Software de projeto tridimensional, não paramétrico, como AutoCAD 3D, SketchUp, Blender e semelhantes.

<sup>3</sup> Software de projeto tridimensional, paramétrico, como Revit, ArchiCAD, ACCA Edificus e semelhantes.



Atividade	2D <sup>4</sup>	3D <sup>5</sup>	3D+ <sup>6</sup>
Compatibilização	1,00	2,00	3,00

**Nota máxima no Quesito 4: 10 pontos.**

**D — EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA:** a LICITANTE deverá apresentar a composição da equipe técnica que ficará responsável pela elaboração do projeto, e poderá demonstrar a experiência de cada membro comprovando o desenvolvimento de até três projetos elaborados por cada profissional, mediante apresentação de atestados técnicos de execução devidamente acervados. Os atestados serão objetivamente pontuados com base nos seguintes critérios:

**Quesito 5 (Peso 1,00) — Experiência de cada profissional membro da equipe técnica na disciplina sob sua responsabilidade**

		Pontuação		
		Por nº de atestados		
		1	2	3
<b>5.1</b>	Comprovação, pelo profissional indicado para Coordenação do Projeto, de experiência em coordenação de projetos executivos envolvendo ao menos três (03) disciplinas, sendo arquitetura obrigatoriamente uma das três.	1,50	2,25	2,50
<b>5.2</b>	Comprovação, pelo profissional indicado como responsável pelo Projeto de Arquitetura, de experiência na elaboração de projetos executivos de arquitetura.	1,50	2,25	2,50
<b>5.3</b>	Comprovação, pelo profissional indicado como responsável pelo Projeto de Estruturas, de experiência na elaboração de projetos executivos de estruturas de concreto e/ou metálicas.	1,50	2,25	2,50
<b>5.4</b>	Comprovação, pelo profissional indicado como responsável pelo Projeto de Hidráulica, de	0,75	1,00	1,25

<sup>4</sup> Software com integração bidimensional em softwares de visualização ou edição, como AutoCAD, ZWCAD ou IntelliCAD.

<sup>5</sup> Software com integração tridimensional, como AutoCAD ou Blender.

<sup>6</sup> Software com integração tridimensional e verificação de interferências, que possibilitem a geração de relatórios, como Navisworks, Solibri ou BIMCollab Zoom.



	experiência na elaboração de projetos de hidráulica.			
5.5	Comprovação, pelo profissional indicado como responsável pelo Projeto de Elétrica, de experiência na elaboração de projetos de elétrica.	0,75	1,00	1,25
Pontuação Máxima no Quesito 5:		10 pontos		
Obs.: Os pontos excedentes serão desconsiderados				

**D.1.** Cada Atestado de Execução dos Serviços submetido à avaliação da licitante deverá apresentar a respectiva Certidão de Acervo Técnico registrada no órgão de classe, e deverá conter as seguintes informações:

- Identificação da contratante, com razão social ou nome completo, CNPJ e endereço completo;
- Identificação do profissional, com ou nome completo, CPF, CAU ou CREA e endereço completo;
- Descrição dos serviços realizados (escopo), especificando as características dos projetos desenvolvidos; e
- Assinatura e identificação do emitente (nome completo, cargo ou função, telefone e e-mail para contato).

**D.2.** Em atenção à Súmula nº 22<sup>7</sup> do TCESP, os atestados apresentados para comprovação das exigências de qualificação técnica não serão pontuados na fase de julgamento das Propostas Técnica.

**D.3.** Caso sejam apresentados mais de três atestados por profissional, serão considerados apenas três, e os excedentes serão desconsiderados.

**E — FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA:** A licitante poderá complementar sua proposta demonstrando a formação complementar de cada membro da equipe técnica, comprovando títulos de pós-graduação dos profissionais, que serão objetivamente pontuados com base nos seguintes critérios:

**Quesito 6 (peso 1,00) — Formação profissional complementar de cada profissional membro da equipe técnica**

		<b>PONTUAÇÃO</b>
<b>6.1</b>	Comprovação, pelo profissional indicado para Coordenação do Projeto, de pós-graduação na área de gestão de projetos e/ou empreendimentos.	<b>6</b>
<b>6.2</b>	Comprovação, pelo profissional indicado como responsável pelo Projeto de Estruturas, de pós-graduação na área de projeto de estruturas.	<b>4</b>
<b>Pontuação Máxima no Quesito 6:</b>		<b>10 pontos</b>
Obs.: Os pontos excedentes serão desconsiderados		

<sup>7</sup> TCESP - Súmula nº 22 do TCESP - Em licitações do tipo "técnica e preço", é vedada a pontuação de atestados que comprovem experiência anterior, utilizados para fins de habilitação.



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

Para comprovação da formação complementar dos profissionais integrantes da equipe técnica deverão ser apresentadas diplomas ou certificados de conclusão dos cursos realizados, certificadas pelas autoridades profissionais e educacionais competentes.

A Nota da Proposta Técnica será a média ponderada da pontuação obtida em cada quesito ( $n_{Qi}$  - Nota do Quesito “i”), observados os pesos ( $p_{Qi}$  - Peso do Quesito “i”) fixados nos itens “A” a “E” (Quesito 1 a Quesito 6) acima, conforme a seguinte fórmula:

$$NT = \frac{\sum_{i=1}^6 n_{Qi} p_{Qi}}{\sum_{i=1}^6 p_{Qi}}$$



## ANEXO I.A

### MODELO DE RESPOSTA AO Quesito 4

Disciplina / Atividade	Software (ver nota de 1 a 6)	Classe (ver nota de 1 a 6)
Arquitetura	Nome e versão	2D, 3D ou 3D+
Estruturas	Nome e versão	2D, 3D ou 3D+
Elétrica	Nome e versão	2D, 3D ou 3D+
Hidráulica	Nome e versão	2D, 3D ou 3D+
Compatibilização	Nome e versão	2D, 3D ou 3D+

Notas:

I.A : A Informar nome e versão do software.

I.A : B Informar a classe do software conforme indicado na listagem de **Notas de rodapé para 4.1** , a saber:

Para desenvolvimento de projetos de arquitetura, estruturas, elétrica e hidráulica (item 4.1):

- 2D: bidimensional
- 3D: tridimensional, não paramétrico
- 3D+: tridimensional, paramétrico

Para desenvolvimento da atividade de compatibilização (item 4.2):

- 2D: integração bidimensional
- 3D: integração tridimensional
- 3D+: integração tridimensional e verificação de interferências





## ANEXO I.B

### Critérios de Concorrência Técnica e Preço

Para a presente licitação, adotaremos o critério de julgamento baseado na combinação de técnica e preço, conforme estabelecido no edital. A ponderação será feita da seguinte forma:

- **Técnica:** Peso de 70%
- **Preço:** Peso de 30%

### Avaliação Técnica

A avaliação técnica será realizada de acordo com os critérios especificados no Anexo E do edital. Cada proposta será analisada e pontuada com base nesses critérios, resultando na Nota Técnica (NT).

### Avaliação de Preço

A avaliação de preço seguirá os procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme descrito na Seção III da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. A Nota de Proposta de Preço (NP) será calculada utilizando o seguinte parâmetro matemático:

$$NP=100 \times (X1/X2)$$

Onde:

- NP é a Nota da Proposta de Preço do Licitante.
- X1 é o menor valor global proposto entre os licitantes classificados.
- X2 é o valor global proposto pelo licitante classificado.

### Cálculo da Nota Final

A Nota Final (NF) de cada proposta será calculada ponderando-se as notas técnicas e de preço, conforme a fórmula abaixo:

$$NF= (0,7 \times NT) + (0,3 \times NP)$$

Este método visa garantir que a escolha do vencedor da licitação leve em consideração tanto a qualidade técnica quanto a competitividade do preço, assegurando a melhor relação custo-benefício para a administração pública



## ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços

**Observação:** A licitante vencedora deverá apresentar este documento e também a Planilha Orçamentária, que deverá ser preenchida uma cópia de acordo com o modelo oferecido juntamente com o material técnico.

### PROPOSTA COMERCIAL – LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº XX/XXXX– IAU/USP (TIMBRE DA EMPRESA)

Ao

Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU/USP

CNPJ: 63.025.530/0106-81

Item	Descrição	Valor Total
1	Projeto Executivo para reforma da ala das salas docentes (incluindo suas coberturas, sanitários e caixa d'água)	R\$

**VALOR TOTAL: R\$..... (VALOR POR EXTENSO)**

**OBS:** No valor total deverão estar incluídos todas as despesas operacionais, fretes, custos e taxas que vierem a incidir sobre o fornecimento ou prestação de serviços ora contratada.

#### CONDIÇÕES COMERCIAIS:

Prazo de pagamento: 28 (vinte e oito) dias corridos

Prazo de entrega/execução: Conforme Cronograma Físico Financeiro (Anexo B do Termo de Referência) Validade da proposta: 60 dias corridos

#### DADOS BANCÁRIOS:

**BANCO:** BANCO DO BRASIL S.A **AGÊNCIA:**..... **CONTA CORRENTE:**.....

Declaramos total concordância com os termos do Edital relativos a prazo e local de entrega, prazo de pagamento, validade da proposta e das demais condições da presente licitação.

#### DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:

**CNPJ:**

Endereço:

**CEP:**

Município:

E-mail:

Telefone:

#### REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

Cargo/Função:

Documento de Identificação:



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

A proposta comercial ofertada, encontra-se de acordo com os termos da Portaria GR nº 8249/2023 e Resolução USP nº 8545 de 2023 disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-8249-de-12-de-dezembro-de-2023> e <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-8548-de-13-de-dezembro-de-2023>

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Assinatura preferencialmente digital do responsável devidamente identificado com nome, cargo, RG e CPF)



### **ANEXO III – Proposta Técnica**

Favor verificar o ANEXO E – QUESITOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS, conforme Informações relevantes para o dimensionamento da proposta constante no item 5.7 do Termo de Referência.

O licitante deverá apresentar o Anexo E preenchido.



## **ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



## ANEXO V- TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

*(redação dada pela Resolução nº 11/2021)*

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA**



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

### DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_





**ANEXO VI - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**Obras e serviços de engenharia**

**Licitação (Concorrência)**

**Processo SEI nº 154.00011798/2025-46**

**Contrato nº XX/2025 - IAU**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO, E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA], OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES.**

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio do **INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 63.025.530/0106-81, localizado **Av. Trabalhador são-carlense, 400 – Pq. Arnold Schmidt, São Carlos - SP, 13566-590**, neste ato representada por seu **Diretor da Unidade, JOÃO MARCOS DE ALMEIDA LOPES**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº]**, sediada à **[endereço completo]**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº XX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

9.2. O objeto do presente instrumento é a contratação dos **PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Projeto Básico.

9.3. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/MAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO PARA REFORMA DA ALA DAS SALAS DOCENTES	20060	UNIDADE	1		

9.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

9.4.1. Edital da Licitação - **CONCORRÊNCIA nº 91002/2026 – IAU.**

9.4.2. Termo de Referência.

9.4.3. Proposta Comercial datada de [NN/NN/NNNN] e planilha de quantitativos e preços unitários.

9.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

9.5. O regime de execução é o de *empreitada por preço global*.

**10. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

10.1. O prazo de vigência da contratação é de **140 (cento e quarenta) dias termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.



10.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

10.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

10.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único, do artigo 111, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **11. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

11.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência e Projeto Básico, que constituem partes integrantes deste Contrato.

## **12. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

12.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

12.1.1.1. Projetos de Arquitetura.

12.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

12.1.2.1. Projetos complementares de engenharia, serviços de sondagem topografia, orçamento e demais anexos.

12.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:



- 12.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.
- 12.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.
- 12.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.
- 12.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o **CONTRATADO** e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.
- 12.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.
- 12.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.
- 12.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o



terceiro grau.

**13. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 13.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de R\$..... (.....).
- 13.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 13.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão das parcelas do objeto efetivamente entregues pelo **CONTRATADO**, e medidas e recebidas pela administração **CONTRATANTE**.
- 13.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**14. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 14.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da Portaria GR nº 8249/2023.

**15. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada no subitem subsequente.
- 15.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais *elaboradas com base no Boletim Referencial de Custos da CDHU*



## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

– *Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, Tabela de Serviços com Desoneração, Versão xxx do mês abril do ano de 2026*, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

15.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 16. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

16.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

16.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

16.1.3. Notificar o **CONTRATADO** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da



obra ou dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

- 16.1.4. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do **CONTRATADO**;
- 16.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 16.1.6. Comunicar ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.1.7. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no Termo de Referência.
- 16.1.8. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 16.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 16.1.9.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 16.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco)** dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 16.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.





- 16.1.12. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 16.1.13. Exigir do **CONTRATADO** que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
  - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 16.1.14. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 16.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 17. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 17.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, no Termo de Referência, no Projeto Básico e em todos os demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 17.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 17.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente



justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.

- 17.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 17.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 17.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 17.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 17.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 17.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 17.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 17.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 17.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 17.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 17.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 17.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 17.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação.
- 17.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 17.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- 17.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.



- 17.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade.
- 17.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 17.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, conforme exigido em Termo de Referência.
- 17.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.1.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 17.1.23. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 17.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 17.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 17.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 17.1.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 17.1.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 17.1.29. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.



- 17.1.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 17.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 17.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 17.1.33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 17.1.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 17.1.35. Responsabilizar-se, durante 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro.
- 17.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA.
- 17.1.37. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no *Termo de Referência*, conforme o caso.
- 17.1.38. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto



estadual nº 67.409, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO.

17.1.39. Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

17.1.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na **Resolução nº 307, de 05/07/2002**, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.1.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.1.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua



reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.1.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

17.1.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

17.1.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

17.1.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação





## EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 91002/2026- IAU/USP

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

- 9.1.41. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.1.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.1.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência.
- 9.1.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 9.1.45. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de



todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.1.45.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.1.46. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

17.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

17.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do



processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

17.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

17.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

18.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

19.1. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o **CONTRATADO** prestou garantia na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_**, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.



- 19.2. O valor indicado acima corresponde a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 11.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.
- 11.4. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:
- 11.4.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.4.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
- 11.6.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 11.7.1. Caso fortuito ou força maior;



- 11.7.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
- 11.7.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.11. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



- 11.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**20. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 20.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
  - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
  - c) dar causa à inexecução total do contrato.
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



20.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na Resolução USP nº 8548/2023:

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
- II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.





b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

20.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis



(art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 20.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - b) as peculiaridades do caso concreto.
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 20.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 20.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



- 20.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).
- 20.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.
- 20.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
- 20.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
  - 20.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
  - 20.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
  - 20.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
21. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
- 21.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

134.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.5.3. Indenizações e multas.

## 22. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

22.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



23. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

- 23.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

24. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 24.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 24.3. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 24.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 24.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

25. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 25.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.



26. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

- 26.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



## USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

### Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código DQ6R-MRRS-PQVS-A47T no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/DQ6R-MRRS-PQVS-A47T>

#### **João Marcos de Almeida Lopes**

Nº USP: 725134

Data: 28/04/2026 17:00

#### **Djavan Oliveira da Silva**

Nº USP: 7580838

Data: 29/04/2026 09:28

#### **Thiago Catoia**

Nº USP: 3342720

Data: 29/04/2026 14:59